

MISSÃO E COOPERAÇÃO MISSIONÁRIA

Orientações para a animação missionária da Igreja no Brasil

Conselho Missionário Nacional – Brasil

Brasília, 7 de março de 2015

INTRODUÇÃO

1. “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei” (*Mt 28,19-20a*). Com essas palavras o Ressuscitado dirige-se a seus irmãos (cf. *Mt 28,10*) confiando-lhes não apenas uma tarefa, e sim uma identidade messiânica (cf. *LG 9b*) que os projetava além de si, no anúncio, no serviço e no testemunho do Reino de Deus ao mundo inteiro. Com efeito, a Igreja “não é fim em si mesma, uma vez que se ordena ao Reino de Deus, do qual é princípio, sinal e instrumento” (*RMI 18*).¹ A missão é um serviço ao Reino de Deus que, na busca de fidelidade ao Espírito de Deus procura recriar, no hoje da nossa história, a prática de Jesus. Porém não é tanto um trabalho burocrático nem se esgota num “fazer” missionário, é uma presença amiga, amorosa, profética e crítica, capaz de manifestar o amor e a misericórdia de Deus nas suas ações, palavras e testemunhos de vida. O contato com outra realidade cultural e eclesial ajuda a abrir os horizontes de compreensão do missionário. Ele é questionado em sua vida religiosa, em seu testemunho cristão. A missão exige uma capacidade de esvaziamento espiritual (*kênosis*): a obra é de Deus, o protagonista da missão é o Espírito Santo, os missionários atuantes são apenas instrumentos nas mãos de Deus.

2. A tarefa essencial da missão é o anúncio da proximidade do Reino de Deus, da conversão e da fé na Boa-Nova (cf. *Mc 1,15*). O conjunto do Reino, da conversão e da fé se desdobra na prática de caridade que é um dom de Cristo Salvador. Há 50 anos, na última sessão pública do Concílio Vaticano II, o papa Paulo VI resumiu com poucas palavras debates e documentos desse evento eclesial: “Desejamos notar que a religião do nosso Concílio foi, antes de mais, a caridade [...], se nos lembrarmos que o próprio Cristo nos ensina que todos conhecerão que somos seus discípulos se nos amarmos mutuamente (cf. *Jo 13,35*)”.² Por conseguinte, a Igreja está no mundo unicamente para cooperar com a missão de Deus (cf. *1Cor 3,9; EG 12*), sabendo que assim participa da condição divina enquanto impulsionada pelo Espírito a anunciar o Evangelho, revive nela própria a presença de Cristo ressuscitado que a coloca em comunhão com Deus Pai.

3. Esta é a concepção expressa pelo Concílio Vaticano II quando descreve “a Igreja peregrina” como “missionária por natureza” (*AG 2*): essa é sua vocação própria, sua identidade mais profunda (cf. *EN 14*), sua razão de ser, sua essência estruturante e seu serviço à humanidade (cf. *DP 1145; RMI 2*). De fato, a constitutiva *unidade* da Igreja com o mistério de Deus Amor, testemunhada pela *santidade* de vida de uma comunidade cristã, é fundamentalmente *católica*, quer dizer, universal, aberta a todos, e, por ser essencialmente *apostólica*, “enviada” e “missionária”. Portanto, a Igreja

¹ Cf. PAULO VI. Discurso de abertura do terceiro período do Concílio, 14 de setembro de 1964: AAS 56 (1964) 810.

² Cf. PAULO VI. Discurso na última sessão pública do Concílio Vaticano II, 7 de dezembro de 1965: AAS 58 (1966), p. 51-59.

é chamada a estar “em saída” como o seu Senhor que “sabe ir à frente, sabe tomar iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos” (EG 24). Dizer Igreja é dizer missão: “a Igreja nasce da missão e existe para a missão: existe para os outros e precisa ir a todos” (DGAE 2011, 76).

4. Esse profundo mistério de comunhão com Deus traduz-se em generoso, alegre, dialógico e infatigável engajamento no mundo, assim como o “impulso interior da caridade tende a fazer-se dom exterior” (ES 37). Anúncio e cooperação missionária estão articulados no interior de uma Igreja samaritana, enfatizada no *Documento de Aparecida (DAP)*: “Iluminados pelo Cristo, o sofrimento, a injustiça e a cruz nos desafiam a viver como Igreja samaritana, recordando que a evangelização vai unida sempre à promoção humana e à autêntica libertação cristã” (DAP 26). A V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano convoca todas as Igrejas do Continente a colocar-se “em estado permanente de missão” (DAP 551). Assim é preciso “repensar profundamente e relançar com fidelidade e audácia a missão da Igreja nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais” (DAP 12), pois esta missão “ainda está longe do seu pleno cumprimento” (RMI 1), ou melhor, “está ainda no começo” (RMI 1; 40). Por isso, “necessitamos de um novo pentecostes, necessitamos sair ao encontro das pessoas, das famílias, das comunidades e dos povos para lhes comunicar e compartilhar o dom do encontro com Cristo. (...) Não podemos ficar tranquilos em espera passiva em nossos templos, mas é urgente ir em todas as direções” (DAP 548).

I. A MISSÃO

1.1 Desafios contemporâneos da missão

5. O mandato missionário que a Igreja recebeu do Ressuscitado, ao longo do tempo assumiu formas e modalidades sempre novas conforme os lugares, as situações e os períodos históricos. A tarefa missionária continua a mesma confiada por Jesus aos discípulos, na montanha da Galileia (cf. Mt 28,16). Contudo, o anúncio do Evangelho parece muito mais complexo hoje do que no passado, porque a humanidade está vivendo uma época de profundas transformações socioculturais que atingem de maneira estrutural a própria percepção da realidade (cf. DGAE 2011, 25; EN 17). No entanto, as luzes e as sombras dessa travessia da família humana (cf. GS 2) se apresentam como sinais dos tempos que nos convidam à escuta e ao discernimento sobre o que “o Espírito diz às Igrejas” (Ap 2,29). Os cenários da atualidade nos provocam repensar uma missão que abrange a realidade toda, para que seja sustentada por (1) uma apropriada reflexão teológica, (2) uma conversão interior, (3) uma clareza de horizontes e (4) uma ousada ação evangelizadora.

6. As mudanças de época induziram a Igreja a uma profunda revisão de si mesma e de sua missão já com a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, através de um decidido retorno às fontes e de um diálogo ecumênico, inter-religioso e aberto a todos os setores da sociedade contemporânea. Nesse processo, a presença missionária da Igreja no meio dos povos foi fortemente questionada. De fato, qual seria o sentido de anunciar Jesus Cristo como “o mediador e a plenitude de toda revelação” (DV 2), diante da pluralidade das diferentes religiões e do direito à liberdade religiosa no mundo de hoje? Por que motivo precisaríamos afirmar a necessidade de

pertencer à Igreja Católica³, se as pessoas podem conseguir a salvação do mesmo jeito fora dela, podendo ser “de várias maneiras ordenadas ao povo de Deus” (LG 16)? Porque convidar a atribuir valor aos sacramentos como meios que “conferem a graça” (SC 59), quando esses não se tornam canais exclusivos, visto que elementos de “verdade e graça já estão presentes no meio dos povos, fruto de uma secreta presença divina” (AG 9)? Porque falar ainda de “terras de missão”, de “missionários” e de “missão *ad gentes*”, quando as pessoas, animadas pelo avanço do progresso, passam com muita facilidade a negar Deus ou a religião (cf. GS 7), sobretudo nos países de antiga tradição cristã, tornando assim o mundo todo uma imensa “terra de missão”?

7. Diante destas e de outras questões, a Igreja precisava repensar sua ação evangelizadora no mundo, sem perder seu fundamental dinamismo missionário e, principalmente, suas motivações essenciais. De fato, a dimensão universal do anúncio do Evangelho está baseada na proclamação de um único e verdadeiro Deus para todos, e na adoção de meios específicos para a salvação, como os sacramentos e a pertença à Igreja. Em torno da afirmação desses dois conceitos-chaves, a missão *ad gentes* encontra sua razão de ser (cf. RMI 9), isso, porém, “não significa que a salvação se destina apenas àqueles que, de maneira explícita, creem em Cristo e entram na Igreja” (RMI 10). Como então reafirmar essas convicções evitando qualquer fundamentalismo ou exclusivismo, diante de um mundo secularizado e pluricultural que nos desafia a esse respeito?

1.2 Fundamentos trinitários

8. A resposta a essas perguntas veio com uma renovada visão eclesiológica e missiológica, inaugurada há mais de 50 anos pelo Concílio Vaticano II e suas Constituições *Lumen gentium* e *Gaudium et spes* e pelo Decreto *Ad gentes*. Através destes documentos, o Concílio afirma que a missão é uma essência que tem origem no ‘amor-fontal’ do Pai, um amor que não se contém, que transborda, que se comunica e sai de si por sua própria natureza missionária (cf. LG 5; 8; 17; AG 2; DAp 129; 347). O ‘amor-fontal’ é a “caridade de Deus Pai, que é Princípio sem Princípio” (AG 2), trinitário em sua divindade e tridimensional em sua abrangência da criação, redenção e glorificação. A missão com suas raízes no ‘amor-fontal’ exige de nós uma entrega generosa. Mas, “seria um erro considerá-la como uma heroica tarefa pessoal, dado que ela é, primariamente e acima de tudo o que podemos sondar e compreender, obra de Deus” (EG 12). Em suma, Deus é missão: a missão vem de Deus porque Deus é Amor, diz respeito ao que Deus é e não, primeiramente, ao que Deus faz. A missão revela a essência de Deus de se comunicar e de criar relação. Por isso, a missão não teria, a princípio, um seu por quê, não surgiria primeiramente de uma necessidade histórica, mas é um *impulso* gratuito, de dentro para fora, e de um *jeito de ser* que teria como origem e fim a vida divina (cf. DAp 348).

9. Esta missão de Deus se manifestou de maneira definitiva com o envio do Filho amado, o Verbo feito carne (cf. Jo 1,14) “que por nós se tornou pobre, enriquecendo-nos com sua pobreza” (AG 3). Jesus anuncia uma visão completamente nova, apresentando-nos um Deus que não veio para ser servido, mas para servir (cf. Mt 20,28). Ele “quer comunicar-nos a sua vida e colocar-se a serviço da vida” (DAp 353) aproximando-se *de todos* para libertar das amarras da opressão, do preconceito e da exclusão. Deus revela em Jesus seu rosto profundamente humano na

³ “Fundado na Escritura e Tradição, ensina que esta Igreja, peregrina sobre a terra, é necessária para a salvação. Com efeito, só Cristo é mediador e caminho de salvação e Ele torna-Se-nos presente no Seu corpo, que é a Igreja; ao inculcar expressamente a necessidade da fé e do Batismo (cf. Mc 16,16; Jo 3,5), confirmou simultaneamente a necessidade da Igreja, para a qual os homens entram pela porta do Batismo” (LG 14).

aproximação a qualquer condição humana, porque o anúncio da Boa Nova tem destinação universal: “seu mandato de caridade alcança todas as dimensões da existência, todas as pessoas, todos os ambientes da convivência e todos os povos” (DAP 380). Jesus convida qualquer pessoa, povo, sociedade a repensar Deus e a vocação humana a partir d’Ele próprio, dessa sua vida e missão cheia de compaixão e misericórdia, gratuidade e perdão, como Filho de Deus e Filho do Homem: “Jesus Cristo é a resposta total, superabundante e satisfatória às perguntas humanas sobre a verdade, o sentido da vida, a felicidade, a justiça e a beleza” (DAP 380).

10. Para realizar seu plano de amor, a missão de Deus se revela sobretudo no dinamismo, na efusão e no protagonismo do Espírito Santo, que “já atuava no mundo antes da glorificação de Cristo” (AG 4).⁴ Com efeito, o envio do Espírito revela sempre a vontade gratuita de Deus de entrar em relação com a humanidade para que ela participe da vida divina. Presente na vida de Jesus desde sua concepção (cf. *Lc* 1,35), durante todo seu ministério (cf. *Lc* 4,18), até ser entregue pelo Ressuscitado aos discípulos (cf. *Jo* 20,22), é o Espírito que suscita a fé (cf. *1Cor* 12,3), descendo também sobre os pagãos (cf. *At* 10,47) e dirigindo a missão da Igreja aos povos (cf. *At* 16,6-7). O Espírito sopra onde quer (cf. *Jo* 3,8), “possui uma inventiva infinita, própria da mente divina”⁵, faz sair a Igreja transformando-a em anunciadora das maravilhas de Deus e já está presente na história, nas culturas e nas religiões dos povos (cf. *RMI* 28; *DAP* 374). Por isso, “devemos acreditar que o Espírito Santo oferece a todos, de um modo que só Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao mistério pascal” (GS 22). Ao mesmo tempo, “Ele é a alma da Igreja evangelizadora” ao qual pedimos incessantemente “que venha renovar, sacudir, impelir a Igreja numa decidida saída para fora de si mesma a fim de evangelizar todos os povos” (EG 261).

1.3 Conversão eclesial: uma Igreja “em saída”

11. A partir destes fundamentos trinitários adquirimos, de fato, outra visão: a missão se torna para a Igreja não mais uma atividade entre outras, mas participação na vida divina que lhe confere sua identidade. “A Igreja é por sua natureza missionária” (AG 2): a Igreja “é” ao ser enviada, ela se edifica em ordem à missão. Portanto, não é a missão que procede da Igreja, mas é a Igreja que procede da missão de Deus. Os Atos dos Apóstolos mostram com clareza que a Igreja se constitui na medida em que, aos poucos, assume a missão *ad gentes*.⁶ A missão gera a Igreja. Por isso, a Igreja “nasceu em saída”⁷ (cf. *EG* 17a; 20; 24; 46) no momento em que, orientada pelo Espírito, entra em contato com os outros, e reencontra a si mesma todas as vezes que sai de si e se abre: a comunidade cristã deve a própria origem ao anúncio do evangelho, e a própria vitalidade à contínua e corajosa transmissão deste anúncio pelo mundo afora.

⁴ O Espírito de Deus se manifesta na criação (cf. *Gn* 1,2), suscita os juízes (cf. *Jz* 3,10), move os profetas (cf. *Is* 61,1), permanece sobre o rei (cf. *1Sm* 16,13), desce sobre o Messias (cf. *Is* 11,2), pousa sobre os membros do povo (cf. *Nm* 11,25-26).

⁵ JOÃO PAULO II. Audiência Geral de 24 de abril de 1991.

⁶ No começo, havia um grupo judaico que aguardava ansioso a restauração do reino de Israel (cf. *At* 1,6). Em Pentecostes, com a vinda do Espírito sobre a comunidade reunida, Pedro proclama com coragem a Boa Nova, porém somente a judeus (cf. *At* 2,5). Deste momento em diante os discípulos de Jesus começam tomar consciência de serem chamados além de si mesmos, a ir a todos os povos, ao passo que o Espírito os empurra a incluir os samaritanos (cf. *At* 8,17), os prosélitos (cf. *At* 8,37), os tementes a Deus (cf. *At* 9,42), os pagãos merecedores (cf. *At* 10,45) e, enfim, os pagãos em massa (cf. *At* 11,21).

⁷ FRANCISCO. Mensagem para o Dia Mundial das Missões 2014.

12. Consequentemente, “a Igreja necessita de forte comoção que a impeça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do Continente” (DAP 362). A conversão pastoral e a renovação missionária da qual fala o Documento de Aparecida, refere-se substancialmente a reencontrar uma *saída* destemida contra todo tipo de acomodação: “trata-se de sair de nossa consciência isolada e de nos lançarmos, com ousadia e confiança, à missão de toda Igreja” (DAP 363), abandonando estruturas caducas (cf. DAP 365), transformando as pessoas (cf. DAP 366), assumindo relações de comunhão (cf. DAP 368), adotando práticas pastorais missionárias (cf. DAP 370), projetando-se além-fronteiras (DAP 376). Esta é a beleza e o desafio da vocação cristã: amadurecer na fé reinventando-se e desinstalando-se continuamente, saindo ao encontro dos outros até os confins da terra, deixando-se interpelar por novas situações, novos povos, novas culturas e novas problemáticas.

13. Por isso, o envio missionário é expressão de uma surpreendente e alegre disposição, abertura, liberdade, para além de todas as barreiras. Um modelo de igreja excessivamente rígido, fechado e auto-referencial não é apto para a missão. Muitas vezes, em nossas comunidades, “impõe-se uma conversão radical da mentalidade para nos tornarmos missionários” (RMI 49). Em outras palavras, precisamos ser evangelizados de novo para tornar-nos cheios de ímpeto e audácia evangelizadora (cf. DAP 549): a Igreja vive esta missão recomeçando cada vez com evangelizar a si mesma. Paradoxalmente, o tema da conversão antes de ser dirigidos aos destinatários da missão, é apontado como exigência fundamental para a própria Igreja e todos seus sujeitos. É preciso recomeçar de Cristo, com a humildade de discípulos, conhecê-lo e reconhecê-lo de novo pelos caminhos da Galileia, no encontro com qualquer situação humana, e deixar que Ele esquente e transforme o nosso coração (cf. Lc 24,32). Com efeito, no seguimento d’Ele nos tornamos hóspedes nas casas dos outros e companheiros dos pobres, aprendendo assim a perceber a realidade do ponto de vista das vítimas, dos crucificados, dos injustiçados, dos adeptos de outras religiões. Neste caminho, vamos aderindo gradualmente a um projeto de mundo mais justo, fraterno, solidário e plural, significativamente “outro” em relação ao que temos diante dos olhos.

1.4 Os horizontes da missão

14. Os horizontes deste movimento de proximidade são sempre geográficos e escatológicos: os confins da terra e o fim do tempo. Crer no Evangelho e na missão é crer que não existem fronteiras irredutíveis para encontrar as pessoas. Se a missão fosse geográfica, cultural, étnica, social ou eclesialmente limitada e se dirigisse somente a “nós”, ela se tornaria excludente. Ao contrário, a paixão pelo mundo própria da vocação cristã, se expressa no sentir e no vibrar profundamente pela humanidade inteira, e em ser capaz de realizar gestos ousados e concretos de solidariedade, de partilha e de aproximação às pessoas e aos povos. Só assim a Igreja se torna um sinal profético de uma nova humanidade mundial, fraterna e multicultural.

15. A missão, enquanto elemento estruturante da identidade e da atividade de toda a Igreja, se expressa hoje num quadro complexo de situações e de interlocutores que não permitem mais interpretá-la unilateralmente. Antes de tudo, indica uma dinâmica paradigmática na qual colocar em chave missionária toda a atividade habitual das igrejas (cf. EG 15).⁸ Em segundo lugar, se desdobra em projetos e âmbitos que dependem de contextos e circunstâncias específicas: “as

⁸ Cf. FRANCISCO. Discurso do Santo Padre aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-Americano por ocasião da Reunião Geral de Coordenação, 28 de julho de 2013.

diferenças não se originam na natureza íntima da missão, mas nas condições em que essa missão se exerce” (AG 6).

16. Nos documentos conciliares, o anúncio do Reino como meta da atividade missionária é focado por três conceitos diferentes, o da “missão”, da “evangelização” e do “apostolado”. Seus sujeitos e objetivos quase sempre são intercambiáveis, mas há descrições específicas para cada um desses termos. É importante observar que a amplitude da atividade missionária, com o “povo de Deus” como sujeito (cf. EG 111), está numa relação dialética com diferenciações, restrições e competências particulares. Entre uma “atividade missionária”, que é expressão da natureza missionária de todos os batizados, e a ênfase nessas diferenciações específicas, é possível apenas uma descrição aproximativa aos conceitos.⁹ Por um lado, o Decreto *Ad gentes* reafirma a divisão entre duas tarefas que não devem ser identificadas: a missão *ad gentes* de povos que não foram alcançados pela missão cristã, e aos quais são enviados missionários e missionárias, e a pastoral paroquial entre batizados. Por outro lado, todos os cristãos são missionários e o lugar da missão, desde as comunidades paroquiais, é sem fronteiras. Paganismo, ateísmo e os povos não batizados, que outrora foram alcançados por longas viagens, se encontram nas portas das Igrejas e nas periferias das paróquias.

17. Olhando para o mundo de hoje e considerando as sobreposições de conceitos nos documentos conciliares, optamos, à luz do magistério da Igreja, pela distinção de três âmbitos essenciais de missão:

- a) a *pastoral*, que tem como interlocutores os cristãos militantes e as comunidades eclesiais constituídas;
- b) a *nova evangelização*, que tem como interlocutores os cristãos que estão afastados da vida da comunidade, como também os que não creem em Cristo no conjunto da sociedade secularizada onde cada Igreja local está inserida¹⁰;
- c) a *missão ad gentes*, que tem como interlocutores àqueles que não conhecem Jesus Cristo no meio de outros povos e sociedades, onde a presença da Igreja não está suficientemente estruturada (cf. *RMi* 33; *EG* 14).

Sobre esse último âmbito é dever lembrar que: “sem a missão *ad gentes*, a própria dimensão missionária da Igreja ficaria privada de seu significado fundamental e de seu exemplo de atuação”, e por isso “é preciso evitar que (...) se torne uma realidade diluída na missão global de todo povo de Deus, ficando, desse modo, descurada ou esquecida” (*RMi* 34).

⁹ O Vaticano II descreve as tarefas específicas da missão como “primeira evangelização”, “missão *ad gentes*”, “evangelização propriamente dita”, “evangelização paroquial”, “pastoral missionária”, “apostolado da evangelização”, “missão ecumênica”. Nos documentos, a “primeira evangelização”, às vezes, é “missão *ad gentes*” e a “evangelização propriamente dita” pode ser a segunda etapa da missão *ad gentes* e, ao mesmo tempo, “evangelização e catequese paroquial”. A “pastoral missionária” estruturada em paróquias e dioceses pode visar apenas a uma “nova evangelização” doméstica, animada através de “missões populares” ainda não contempladas pelo Concílio, como pode ser também o núcleo inicial de uma “missão além-fronteiras”.

¹⁰ A XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos em Roma, que teve como tema “A Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã”, assim como V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Aparecida, que lançou a “Missão Continental” (cf. *DAP* 362; 551), deixaram bastante claro que o “campo” da nova evangelização não são somente “as pessoas batizadas que não vivem as exigências do batismo”, mas também os “que ainda não creem em Cristo no espaço de seu próprio território e responder adequadamente aos grandes problemas da sociedade na qual [a Igreja] está inserida” (*DAP* 168; cf. *Propositio* 5). Desta maneira, situações que a *Redemptoris Missio* designava como missão *ad gentes* (p. ex. os novos fenômenos sociais, os modernos areópagos, etc. – cf. *RMi* 37), agora vem fazer parte da nova evangelização, como ação da Igreja na sociedade onde ela se encontra.

18. Temos também outros importantes *critérios* para discernir prioridades e urgências missionárias no mundo:

- a) o primeiro é a falta ou necessidade de um primeiro anúncio do Evangelho num determinado contexto, à qual corresponde um *serviço profético* da Igreja;
- b) o segundo elemento pode ser representado pela falta ou necessidade da presença de uma comunidade cristã numa área ou território, à qual corresponde um *serviço sacerdotal* da Igreja que celebra a Eucaristia;
- c) o terceiro fator para definir uma urgência missionária é a falta ou necessidade de uma transformação social pelos valores do Evangelho na vida concreta das pessoas e dos povos (cf. *EN 29*), à qual corresponde o *serviço da caridade* da Igreja (cf. *DAP 386*).

19. Enfim, o *compromisso* missionário de uma comunidade cristã se articula em três frentes ao mesmo tempo:

- a) a *frente religiosa*, com o anúncio inculturado do Evangelho, o diálogo ecumênico e inter-religioso;
- b) a *frente sócio-ambiental*, com o engajamento em causas de transformação da sociedade na promoção da dignidade humana, da justiça, da paz, da reconciliação entre os povos e do cuidado com a criação;
- c) a *frente cultural*, no diálogo com os areópagos das comunicações, das ciências, da política, da economia, das relações internacionais, etc. (cf. *RMI 37*).

1.5 As tarefas da Igreja missionária

20. Tendo como referência principal os três âmbitos para a missão evangelizadora da Igreja hoje – pastoral, nova evangelização, missão *ad gentes* – podemos distinguir três linhas de ação fundamentais em ordem a essa missão.

- a) A primeira diz respeito à *animação pastoral* da comunidade cristã: trata-se de animar “pelo fogo do Espírito, a fim de incendiar os corações dos fiéis que frequentam regularmente a comunidade, reunindo-se no dia do Senhor para se alimentar da sua Palavra e do Pão de vida eterna”.¹¹ Objetivo essencial desta tarefa é formar a comunidade eclesial como sujeito vivo da ação missionária, para que seja fermento no mundo, começando evangelizar a si mesma (cf. *EN 15*) e dando extensão e vigor à própria evangelização (cf. *DP 364*). A comunidade representa a grande proposta que a Igreja faz ao mundo com sua missão. A salvação não passa pela simples distribuição de sacramentos, mas pela resposta a um chamado de discipulado missionário que se realiza numa intensa vida de fraternidade. A vida cristã deve, antes de tudo, ser saboreada na participação a pequenos núcleos fraternos, que tenham como objetivo um compromisso missionário e que formam uma assembleia junto às outras comunidades na celebração da Eucaristia. Desta maneira a paróquia se torna “uma rede de comunidades” (*DAP 172*), que faz sentir à comunidade de base a pertença a uma comunidade maior.¹²

¹¹ BENTO XVI. *Homilia durante a Missa conclusiva da XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*, 28 de outubro de 2012. AAS 104 (2012), 890.

¹² Esse assunto foi largamente tratado pelo documento da CNBB: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

- b) A segunda tarefa é a *ação evangelizadora* da comunidade eclesial na sociedade como “sinal mais claro da maturidade da fé” (RMI 49): trata-se de passar “de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária” (DAP 370); de uma pastoral de socialização cristã espontânea a uma pastoral de iniciação cristã; de uma pastoral de acolhida daqueles que estão na Igreja a uma pastoral do ir ao encontro de quantos não conhecem, recusam ou são indiferentes à mensagem evangélica; de uma pastoral de afirmação da doutrina e da prática sacramental a uma pastoral inculturada capaz de resignificar e contextualizar os conteúdos da fé (cf. EG 116); de uma pastoral atenta à eficiência e à organização a uma pastoral de acompanhamento e de escuta das pessoas (cf. EG 46; 82; 171). A tomada de consciência da missionariedade deve proporcionar um processo de saída: não podemos esperar que as pessoas venham a nós, precisamos nós ir ao encontro delas e anunciar-lhes a Boa Nova ali mesmo onde se encontram. Esse processo se expressa numa prática eclesial focada no “primeiro anúncio” (cf. EG 164), realizada por todo Povo de Deus (cf. EG 114), na autêntica opção pelos pobres (cf. EG 198) e na constante saída para as periferias (cf. EG 30). Quem determina, porém, a qualidade profética dessa prática são os dois últimos critérios, os pobres e as periferias: “a própria beleza do Evangelho nem sempre conseguimos manifestar adequadamente, mas há um sinal que nunca deve faltar: a opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e lança fora” (EG 30). Isso diz respeito à essência da ação evangelizadora: “a nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica das suas vidas [dos pobres], e a colocá-los no centro do caminho da Igreja. Somos chamados a descobrir Cristo neles” (EG 198).
- c) A terceira linha de ação essencial para uma Igreja em estado permanente de missão é a *cooperação missionária*. Essa última tarefa diz respeito à missão *ad gentes*, a todos os povos. Trata-se da participação de cada Igreja local na missão universal, e da fundamental solidariedade de cada comunidade com os outros povos e com as outras igrejas espalhadas pelo mundo afora: “o Evangelho possui um critério de totalidade que lhe é intrínseco: não cessa de ser Boa Nova enquanto não for anunciado a todos” (EG 237). De forma alguma a missão e a pertença eclesial podem ser pensadas somente dentro de perímetros paroquiais, diocesanos e nacionais: “seria um erro deixar de promover a atividade evangelizadora fora do Continente com o pretexto de que ainda há muito para fazer na América” (EAm 74). A universalidade é a alma da missão e do seguimento discipular, pois a Igreja foi constituída como “sacramento universal de salvação” (LG 48; AG 1), isto é “sinal e instrumento da união íntima com Deus e da unidade de todo gênero humano” (LG 1). Numa época de globalização como a nossa, não é mais possível pensarmos somente em nós mesmos. Hoje, o cristão é chamado, por vocação, mais do que qualquer outra pessoa, a ser universal, ou seja, uma pessoa que tem responsabilidade não só sobre si e sua comunidade, mas sobre o mundo inteiro através de suas opções, suas atitudes, sua consciência e seus compromissos.

II. A COOPERAÇÃO MISSIONÁRIA

2.1 A dimensão universal da missão

21. A missão da Igreja hoje se articula em torno destes três compromissos: animação pastoral voltada à conversão eclesial; ação evangelizadora, voltada a um testemunho profético dos cristãos junto à sociedade; cooperação missionária, voltada à participação de cada Igreja local na missão universal, *ad gentes*. É de suma importância compreender estas três linhas de ação como intimamente interconexas. Sem uma adequada animação pastoral teremos uma *missão colonizadora*, realizada por uma Igreja auto-suficiente e auto-referencial (cf. EG 8; 95), convencida de ser suficientemente evangelizada, que se considera Mestra e não, ao mesmo tempo, discípula. Sem uma ação evangelizadora significativa, provavelmente teremos uma *missão alienada*, realizada por uma Igreja que sonha evangelizar o mundo, vivendo “num universalismo abstrato e globalizante” (EG 234), sem ter os pés no chão numa atuação em seu próprio território. Enfim, sem uma generosa cooperação missionária teremos, porém, uma *missão fechada*, realizada por uma Igreja que pensa só em si e no seu meio, que não alarga seus horizontes, perdendo assim sua identidade católica e sua referência ao desígnio de Deus (cf. EN 62).

22. Sobre esse último aspecto da cooperação missionária, precisamos nos deter um pouco mais. A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Puebla (México), em fevereiro de 1979, teve palavras de forte comprometimento com a caminhada missionária do Continente: “Finalmente, chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, *ad gentes*. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar” (DP 368). Há mais de três décadas, porém, os passos que foram dados na direção apontada pelo Documento de Puebla foram por demais tímidos e insuficientes. As Igrejas do Continente, preocupadas com seus próprios problemas, não souberam nem mesmo retribuir à altura o que sempre receberam de outras Igrejas, apesar dos impulsos e dos projetos levados adiante por algumas instâncias. O chamado para a missão *ad gentes* foi pouco lembrado pelos documentos do magistério ordinário das Igrejas locais.

23. Contudo, Aparecida renovou mais uma vez o compromisso de Puebla, almejando uma nova primavera da missão *ad gentes* na América Latina (cf. DAp 379): “o mundo espera de nossa Igreja latino-americana e caribenha um compromisso mais significativo com a missão universal em todos os Continentes. Para não cairmos na armadilha de nos fechar em nós mesmos, devemos formarmos como discípulos missionários sem fronteiras, dispostos a ir ‘à outra margem’, àquela onde Cristo ainda não é reconhecido como Deus e Senhor, e a Igreja não está presente” (DAp 376). Para que isso aconteça de maneira significativa são precisos estímulos e articulações que façam continuamente memória do grande mandato do Senhor (cf. Mt 28,19) e despertem motivações. A universalidade evangélica é uma dimensão indeclinável de fé, a ser vivida pelos discípulos missionários onde estiverem, em diferentes maneiras mundialmente solidárias, na contínua doação de si, em comunhão com todas as Igrejas e os povos do mundo.

2.2 A cooperação missionária

24. “Deus, que de todos cuida com solicitude paternal, quis que os homens formassem uma só família, e se tratassem uns aos outros como irmãos” (GS 24). Assim sendo, a comunidade dos discípulos de Cristo, que recebeu uma mensagem de salvação a ser comunicada a todos, “sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história” (GS 1). Portanto, “todos os filhos da Igreja tenham consciência viva das suas responsabilidades para com o mundo, fomentem em si um espírito verdadeiramente católico” (AG 36), cientes que “todos têm direito de receber o Evangelho e os cristãos têm o dever de anunciá-lo, sem excluir ninguém, não como quem impõe uma nova obrigação, mas como quem partilha uma alegria” (EG 14): “o único fim da Igreja é o advento do reino de Deus e o estabelecimento da salvação de todo o gênero humano” (GS 45). O “Reino de Deus”, por ser a meta da missão do povo de Deus, iniciada “pelo próprio Deus na terra” (LG 9b), é a palavra-chave para configurar a teologia e a atividade missionárias preconizadas pelo Vaticano II. A comunidade dos batizados, congregados na Igreja, que é “povo messiânico” (LG 9b), recebeu de seu fundador “a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus” e “de estabelecê-lo em todos os povos” (LG 5). Desta responsabilidade, “a Igreja não pode nem pretende subtrair-se”, de maneira que “todas as Igrejas particulares, todas as Instituições e Associações eclesiais e cada cristão membro da Igreja têm o dever de colaborar para que a mensagem do Senhor se difunda e chegue até os últimos confins da terra” (CMI 1).

25. “A participação das comunidades eclesiais e de cada fiel na realização deste desígnio divino recebe o nome de *cooperação missionária*” (CMI 2). A princípio, por nossa própria vocação, não somos nós os “donos” da missão: a missão é de Deus junto à qual somos chamados a cooperar. Por isso, “tal cooperação radica-se e concretiza-se, antes de mais, no estar pessoalmente unidos a Cristo (...). A participação na missão universal, portanto, não se reduz a algumas atividades isoladas, mas é o sinal da maturidade da fé e de uma vida cristã que dá fruto” (RMI 77). Objetivamente, em todo caso, essa cooperação missionária convida a alargar os horizontes da caridade, ao manifestar solicitude por todos os povos da terra, pois “a graça da renovação não alcançará as comunidades se não estenderem o seu amor até os confins da terra e se preocuparem com os que estão longe como se fossem seus próprios membros” (AG 37). Na lógica do Evangelho isso faz perfeitamente sentido: não haverá nenhuma renovação missionária nas Igrejas, se estas não se projetarem além de suas fronteiras.

26. Deste modo, a cooperação missionária é aquela ação que promove a efetiva *participação* do Povo de Deus na missão universal, uma vez que a missão *ad gentes* é essencialmente uma ação eclesial, um mutirão onde todos são convidados a participar. A missão por sua natureza é sempre uma tarefa compartilhada, é um verdadeiro exercício de comunhão intereclesial. Esta participação se realiza essencialmente em três formas: pela comunhão espiritual, pela comunhão dos bens materiais e pela entrega da vida.

- a) A primeira maneira se expressa pela oração, pelo sacrifício e pelo testemunho de vida, que acompanham os passos dos missionários e das missionárias pelo mundo afora (cf. RMI 78), confiando que a missão é, antes de tudo, ação do Espírito. Este tipo de cooperação missionária se inspira no legado admirável de Santa Terezinha do Menino Jesus.
- b) A segunda, diz respeito às indispensáveis ajudas materiais com os projetos missionários e com as comunidades que passam necessidades (cf. Rm 15,25-28; RMI 81): “Deus ama quem dá com alegria” (2Cor 9,7). Paulina Jaricot, fundadora da Obra da Propagação da Fé, foi uma das figuras mais exemplares de engajamento neste serviço.
- c) A terceira dimensão é o comprometimento da própria vida na missão *ad gentes*, incentivado por uma específica animação vocacional. Isso representa o coração da

cooperação, já que sem missionários e missionárias não há missão (cf. *Rm* 10,15): “o anúncio do Evangelho requer proclamadores, a messe tem necessidade de trabalhadores, a missão realiza-se sobretudo através de homens e mulheres que consagraram a vida à obra do Evangelho, dispostos a irem por todo o mundo levar a salvação” (*RMi* 79). Na vida e na obra de São Francisco Xavier, encontramos um impulso edificante e referencial dessa entrega.

2.3 A animação missionária

27. “A cooperação é o primeiro fruto da animação missionária, entendida como um espírito e uma vitalidade que impele os fiéis, as instituições e as comunidades a uma responsabilidade universal orientada *ad gentes*. Por isso, toda iniciativa de animação missionária se dirige sempre para o seu objetivo: formar o povo de Deus para a missão universal específica, suscitar boas e numerosas vocações missionárias, promovendo toda forma de cooperação na evangelização” (*CMi* 2; cf. *RMi* 83). “Animação” significa comunicar ânimo, vida, espírito. “Animação missionária” é aquela ação pastoral de motivação e conscientização que quer tornar as pessoas, as comunidades, as instituições efetivamente missionárias, além-fronteiras, pois: “a maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária”.¹³ Animar missionariamente significa comunicar uma espiritualidade onde a vida se torna missão (cf. *EG* 273), formar uma mentalidade que se transforma em hábitos permanentes. Este trabalho deve ser visto como central na vida cristã, e “as Igrejas locais insiram a animação missionária como elemento primordial, na pastoral ordinária das dioceses e paróquias, das associações e grupos, especialmente juvenis” (*RMi* 83).

28. O primeiro compromisso da animação missionária é, portanto, “formar os discípulos numa espiritualidade da ação missionária, que se baseia na docilidade ao impulso do Espírito, à sua potência de vida que mobiliza e transfigura todas as dimensões da existência” (*DAP* 284). Com efeito, “quando vivemos a mística de nos aproximar dos outros com a intenção de procurar o seu bem, ampliamos o nosso interior para receber os mais belos dons do Senhor (...) Em consequência disto, se queremos crescer na vida espiritual, não podemos renunciar a ser missionários” (*EG* 272). Elementos fundantes de uma vivência e de uma autêntica espiritualidade missionária são: o discipulado, como caminho no seguimento de Jesus, aprendendo e praticando as bem-aventuranças do Reino (cf. *DAP* 139); o envio missionário, como saída de si e despojamento radical por causa do Evangelho (cf. *Mc* 6,8; 10,29); a proximidade, como encontro com os pobres e os outros, na dinâmica do Bom Samaritano (cf. *Lc* 10,29-37; *DAP* 135); a universalidade evangélica, como abertura “a todas as culturas e todas as verdades, cultivando nossa capacidade de contato humano e diálogo” (*DAP* 377).

29. Consequentemente, tarefas concretas da animação missionária, cujo objetivo é suscitar a cooperação missionária *ad gentes* em suas diferentes maneiras, são informar, formar, promover eventos de sensibilização, motivação e compromisso junto ao Povo de Deus sobre a dimensão universal da missão.

- a) O maior recurso que animação missionária tem nesse serviço à Igreja é a comunicação da beleza do *testemunho* da missão *ad gentes*. Histórias de missionários e missionárias que dão a vida em situações limites de pobreza, de perseguição, de dedicação, de diálogo e

¹³ CNBB. *Igreja: comunhão e missão*. Documento 40/1988, 119.

de encontro com os outros, é patrimônio que tem que ser divulgado, conhecido, admirado, e que gera atração, inspiração, vontade de entrega. Não se ama o que não se conhece, e o que não se conhece não desperta nenhum estímulo para uma conversão pessoal e pastoral.

- b) Outro grande aporte que a animação missionária traz é a *sabedoria* da missão *ad gentes*. No encontro com os povos a Igreja vive e amadurece sua vocação e sua fé, descobrindo rostos do mistério do Deus que se revela nas outras experiências religiosas, abrindo caminhos de aproximação e de diálogo. Assim a Igreja missionária aprimora metodologias e disposições nas situações mais difíceis, esmerando-se na capacidade de adaptação e na inserção em outras culturas.
- c) Também essa sabedoria necessita ser sistematizada num pensamento e numa *reflexão missiológica*. Essa contribuição é uma incumbência que tem como objetivo aprofundar, delinear, clarear os eixos fundamentais da dimensão missionária da Igreja, como também propor pistas e critérios de ação evangelizadora: “o ensino teológico não pode nem deve prescindir da missão universal da Igreja, do ecumenismo, do estudo das grandes religiões e da missiologia; recomendo que, sobretudo nos seminários e nas casas de formação para religiosos e religiosas, se faça tal estudo” (RMI 83).
- d) Além disso, a experiência missionária oferece elementos para o discernimento e formação dos agentes não apenas no campo teológico. Pensamos ao âmbito antropológico e etnológico, ao diálogo inter-religioso e intercultural, à promoção dos direitos humanos e ao cuidado com a criação, ao conhecimento linguístico e artístico dos povos, etc. A epopeia missionária *ad gentes* sempre foi de imensurável estímulo para ter acesso a conhecimentos, produzir pesquisas de campo, realizar estudos e oferecer sínteses criativas à Igreja e à sociedade. A animação missionária é chamada a proporcionar também esse serviço qualificado.

2.4 Os sujeitos da cooperação e da animação missionária

30. A cooperação e a animação missionária são essencialmente obras da Igreja local (cf. RMI 83), porque a missão *ad gentes* é dever fundamental de todo Povo de Deus no seu conjunto (cf. AG 35), de cada diocese e paróquia (cf. AG 37) e de cada um de seus agentes: bispos (cf. AG 38), presbíteros (AG 39); religiosos e religiosas (cf. AG 40), leigos e leigas (cf. AG 41). Por isso, todos são convidados a uma profunda renovação interior, “para que tomem viva consciência das próprias responsabilidades na difusão do Evangelho e assumam a parte que lhes compete na obra missionária junto dos povos” (AG 35). Na eleição da Igreja local como sujeito da missão (cf. LG 26), o Vaticano II se refere a ela não apenas como protagonista da missão territorial, mas também da missão universal. O adjetivo “local” não significa uma restrição da universalidade: ao contrário, indica o lugar no qual a universalidade deve concretamente se mostrar. Há, portanto, uma mútua inclusão entre Igreja local e Igreja universal. A Igreja universal não é a soma das Igrejas locais (cf. EN 62), e nem é identificável com a Igreja de Roma. Trata-se de uma *dimensão* essencial da Igreja que se expressa na comunhão entre as Igrejas locais (cf. DAp 166). Se a Igreja é plenamente Igreja num contexto histórico definido, pelo princípio da encarnação, a mútua reciprocidade com as outras Igrejas é a garantia que essa concreteness da Igreja local não se resolva no particularismo étnico e cultural, incapaz de amor católico (cf. EN 64).

31. No que diz respeito propriamente ao serviço de articulação e organização das iniciativas ligadas à missão *ad gentes*, a Congregação para a Evangelização dos Povos é o organismo central encarregado, por mandato pontifício, de dirigir e coordenar as atividades no âmbito universal. Tarefa deste dicastério é: ter direta competência nos assim chamados “territórios de missão” (cf. *RMi* 37a); providenciar missionários segundo as necessidades mais urgentes das regiões; organizar um plano de ação; emanar diretrizes para a evangelização; oferecer impulsos iniciais aos projetos missionários; coordenar a coleta eficaz de subsídios e distribuí-los segundo a necessidade de cada território (cf. *AG* 29; *PB* 85-92; *RMi* 75). Entretanto, no trabalho específico de animação e de cooperação missionária, a Congregação para a Evangelização dos Povos se serve especialmente das Pontifícias Obras Missionárias (POM):

- a) a *Obra da Propagação da Fé*, fundada por Paulina Jaricot em 1822, na França, que tem a tarefa de promover a cooperação missionária nas comunidades cristãs, particularmente nos jovens, nas famílias, nos idosos e nos enfermos;
- b) a *Infância e Adolescência Missionária*, fundada por Dom Carlos Forbin-Janson em 1843, na França, que tem como finalidade educar as novas gerações no espírito missionário;
- c) a *Obra de São Pedro Apóstolo*, fundada por Joana Bigard em 1889, na França, que se ocupa da formação do clero local nas Igrejas recém formadas;
- d) a *União Missionária*, fundada por Pe. Paulo Manna em 1916, na Itália, que tem como incumbência a animação missionária dos presbíteros, seminaristas, religiosos e religiosas, leigos e leigas.

As três primeiras obras foram declaradas “Pontifícias” pelo Papa Pio XI, em 1922. A quarta foi assumida pela Santa Sé em 1956. Desta maneira, tornaram-se patrimônio universal da Igreja.

32. Também em nível de Igreja local existem organismos eclesiais de coordenação e atuação em vários setores, direcionados para a missão *ad gentes*. Estas instituições trabalham em comunhão com a Congregação para a Evangelização dos Povos e se ordenam à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB):

- a) Em primeiro lugar, temos a *Comissão Episcopal para a Ação Missionária e Cooperação Inter-ecclesial*, que tem a tarefa de incrementar a evangelização *ad gentes*, a animação e a cooperação missionária na Igreja no Brasil, junto com a *Comissão Episcopal para a Amazônia* e a *Comissão Episcopal para a Missão Continental*.
- b) Temos ainda as congregações de vida religiosa consagrada, as sociedades de vida apostólica e os institutos seculares com carisma especificamente *ad gentes*, e suas articulações junto à Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e à Conferência Nacional dos Institutos Seculares (CNIS).
- c) Enfim contamos com organismos eclesiais como: o Centro Cultural Missionário (CCM), cuja finalidade é a formação missionária específica; o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que tem como objetivo a “vida dos povos indígenas, prefigurado na proposta evangélica do Reino de Deus”¹⁴; a Pastoral dos Brasileiros no Exterior (PBE), que atende as comunidades de emigrantes brasileiros; as associações missionárias leigas, os padres *fidei donum* e os grupos de animadores missionários espalhados pelo país.

¹⁴ Cf. Conselho Indigenista Missionário – Cimi, *Plano Pastoral*, cap. 2: Objetivos.

2.5 A articulação da cooperação e animação missionária no Brasil

33. “Para alcançar uma maior unidade e eficácia operativa na animação e cooperação, e para evitar concorrências e paralelismos, a Conferência Episcopal constitui um Conselho Missionário Nacional (COMINA), do qual se sirva para programar, executar e rever as principais atividades de cooperação em nível nacional” (CMI 12). No Brasil, o COMINA surgiu em 1972. Hoje é composto por presidentes, diretores, secretários, assessores e representantes de diversos organismos eclesiais e missionários, e de todos os regionais da CNBB, segundo o próprio regulamento. Sua função é coordenar a articulação das entidades de animação e cooperação missionária no País, principalmente as relações entre a CNBB e a CRB com as POM (cf. CMI 13-14; DAp 378), fomentando iniciativas em nível nacional. O COMINA reúne-se em Assembleia Ordinária a cada ano. Tem como presidente o Bispo Presidente da Comissão Episcopal da Ação Missionária e Cooperação Intereclesial, e como Secretário Executivo o Assessor da mesma Comissão. Atua através de uma Equipe Executiva formada pelos presidentes, diretores e assessores dos principais organismos.

34. De forma análoga ao COMINA, são constituídos também os Conselhos Missionários Regionais (COMIREs), formados por responsáveis de organismos missionários e pelos representantes das dioceses de cada Regional da CNBB, segundo o próprio regulamento. Por sua vez, cada diocese criará o seu Conselho Missionário Diocesano (COMIDI), presidido pelo próprio bispo, reunindo responsáveis de organismos missionários e representantes de todas as paróquias de sua jurisdição, tendo um sacerdote nomeado “para promover eficazmente as atividades em favor das missões, especialmente as Pontifícias Obras Missionárias” (CDC 791.2; cf. CMI 9). As paróquias também são chamadas a formar o próprio Conselho Missionário Paroquial (COMIPA), que tem como objetivo promover eventos de animação missionária envolvendo o conjunto de suas comunidades, pastorais e movimentos. Enfim, assinalamos com alegria o surgimento dos Conselhos Missionários de Seminaristas (COMISEs) em muitas casas de formação presbiteral pelo Brasil afora: objetivo desta articulação é garantir uma formação missionária nos candidatos ao ministério ordenado, através de iniciativas específicas de animação e engajamento, de modo que “não exista um só clérigo em que não arda este sagrado fogo de caridade pelo apostolado missionário”.¹⁵

35. “Além do anúncio na realidade local, caberá à comunidade eclesial promover a consciência missionária e a cooperação com a missão *ad gentes*. Alguns fiéis poderão cooperar assumindo tarefas específicas na animação missionária, inclusive através dos Conselhos Missionários Paroquiais (COMIPAs) e Conselhos Missionários Diocesanos (COMIDIs). Mas todos são chamados a contribuir, cada um segundo suas possibilidades e seus dons, para que o Evangelho seja anunciado por toda parte” (DGAE 2003, 102). É importante ressaltar que a articulação dos organismos missionários nunca se origina por decreto, antes que despontem iniciativas espontâneas de animação e cooperação no Povo de Deus: “não há novas estruturas se não há homens novos e mulheres novas que mobilizem e façam convergir nos povos ideais e poderosas energias morais e religiosas” (DAp 538). Portanto, é fundamental que se impulse nas comunidades a criação de Grupos de Animação Missionária (GAMs)¹⁶ que reúnam pessoas desejosas de cultivar o próprio

¹⁵ PIO XI. *Rerum Ecclesiae*, 9.

¹⁶ É importante distinguir a diferença entre um “grupo”, ou uma equipe, e um “conselho”. O primeiro é constituído por poucas pessoas e forma-se por adesão espontânea ou por solicitação. O segundo é constituído por delegados de representações, convocado e presidido necessariamente pela autoridade competente, o bispo, no caso da Diocese, ou o pároco, no caso da Paróquia. O “Conselho Missionário” envolve o conjunto da Paróquia ou da Diocese num

ardor missionário, e que transmitam essa paixão aos demais através de iniciativas de caráter informativo, formativo, celebrativo, educativo e projetual, inspiradas nas atividades propostas em nível diocesano, regional e nacional. Neste sentido, destacamos com satisfação a atuação das Missões Populares que, junto com outras iniciativas, em muito tem ajudado a suscitar e a fortalecer a vocação missionária em nossas igrejas.

CONCLUSÃO

36. A missão e a cooperação na atividade missionária nos interpelam. Não podemos fechar os olhos diante da grande necessidade de pessoas generosas, disponíveis e em busca de viver a alegria do evangelho na Missão. “A cooperação exprime-se principalmente na promoção das vocações missionárias, que constituem o seu elemento indispensável” (RMI 79). O testemunho, a oração, a penitência, sem dúvida são modos de participar na cooperação missionária, isto é, de cooperar na expansão do Reino de Deus. “São muitas as necessidades materiais e econômicas das Missões: não apenas para dotar a Igreja de estruturas mínimas, tais como capelas, escolas para catequistas e seminaristas, residências, mas também para sustentar as obras de caridade, de educação e de promoção humana, campo vastíssimo de ação, especialmente nos Países pobres. A Igreja missionária dá aquilo que recebe, distribui aos pobres aquilo que seus filhos mais dotados de bens materiais lhe põem generosamente à disposição” (RMI 81). O que sustenta, porém a missão é a misericórdia de Deus, a confiança e a fé dos cristãos, que são conscientes de que, o que mantém a Missão é Jesus Cristo com o Espírito Santo, que vive e reina na Trindade Santa, porém precisamos de discípulos missionários que cooperam para fazer acontecer a missionariedade.

37. A palavra “missão”, hoje em dia, não pode mais ser utilizada de maneira exclusiva para se referir a uma ação evangelizadora entre os não-cristãos (cf. DAp 375), mesmo que “o nome de «missões» dá-se geralmente àquelas atividades características com que os pregoeiros do Evangelho, indo pelo mundo inteiro enviados pela Igreja, realizam o encargo de pregar o Evangelho e de implantar a mesma Igreja entre os povos ou grupos que ainda não creem em Cristo” (AG 6). Mantendo firme essa declaração conciliar, todavia, o uso do termo no singular foi progressivamente apontando para uma mudança radical da Igreja (cf. RMI 49) em todo seu ser e em todo seu agir, tão profunda que investe também a própria missão *ad gentes* numa transformação significativa. De fato, não podemos entender sua relevância para a vida eclesial, se não for bem relacionada à pastoral e à ação evangelizadora. Por outro lado, o compromisso da cooperação missionária com outras igrejas e outros povos, tem um enfoque específico que nunca se deve perder de vista (cf. RMI 34). A cooperação missionária *ad gentes* diz respeito a algo essencial e referencial para a renovação missionária da Igreja.

38. Sem dúvida essa dimensão não poderá ser desvinculada de um longo processo de amadurecimento e de personalização de nossas comunidades locais. Abre-se *ad gentes* uma Igreja que está consciente de sua própria identidade e dos valores que pode entregar aos outros como contribuição própria. Enquanto uma Igreja não atinge esta experiência personalizante de seu próprio ser e dos conteúdos que pode transmitir, delega seu compromisso *ad gentes* à esfera das coisas que se aceitam, mas não se vivem. É verdade também o contrário: uma conversão pessoal e comunitária pode ser ocasionada pelo desejo ou por um impulso de uma abertura a essa

programa de animação e cooperação missionária; enquanto o Grupo de Animação Missionária promove iniciativas na mesma linha seguindo um caminho próprio e mais específico, podendo eventualmente oferecer ao Conselho Missionário Diocesano ou Paroquial pistas concretas de ação, de formação e de espiritualidade.

dimensão e a esse chamado. A missão é parte essencial de um caminho discipular: não é uma meta (cf. *DAP* 278e).

39. Por este motivo, não podemos esquecer-nos desse compromisso: sem fazer humildemente memória dele, nunca as nossas Igrejas chegarão a cumpri-lo. E se não cumprir esta evangelização aos outros povos nunca serão verdadeiramente Igrejas, pois o âmago do Evangelho é um anúncio de um Reino que não têm confins: “A Igreja particular não pode fechar-se em si mesma, mas, como parte viva da Igreja universal, deve abrir-se às necessidades das outras Igrejas. Portanto, a sua participação à missão evangelizadora universal não é deixada ao seu arbítrio, mesmo se generoso, mas deve ser considerada como uma lei fundamental de vida; o seu impulso vital diminuiria, com efeito, se ela se fechasse às necessidades das outras Igrejas, concentrando-se unicamente sobre seus próprios problemas”.¹⁷ Em outras palavras, é preciso sair! Esse sair representa para a Igreja um contínuo renascer, um verdadeiro êxodo pascal de morte e ressurreição, uma dinâmica que não tem tempos e não tem fronteiras. Nesse sair a Igreja testemunha sua fé e encontra a si mesma no seu Senhor: “a intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão ‘reveste essencialmente a forma de comunhão missionária’ (*ChL* 32). Fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo” (*EG* 23).

¹⁷ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Notas diretivas Postquam Apostoli*, 14.